

AS EXPERIÊNCIAS, OS GÊNEROS E A HISTORIOGRAFIA: DIÁLOGOS POSSÍVEIS

Otto Osvaldo da Silva Vasconcelos¹

Resumo: Este artigo tem como objetivos refletir sobre a recepção da historiografia para novos sujeitos e o processo pelo qual a História se abriu para esses indivíduos anônimos, cujas vidas permaneceram durante algum tempo no limbo do conhecimento histórico. Além disso, a discussão destaca a importância da experiência para a construção de entendimentos não somente de classe, como então havia imaginado Edward Thompson, mas ampliar para contemplar diversas outras subjetividades, cujos objetivos vão muito além de pertencimento de classe. Para isso, o aporte teórico se concentrou nos estudos de Joan Scott, Adriana Piscitelli e Ana María Bach, dentre outras/os. Concluiu-se que é por meio das experiências que os gêneros vão se ampliando e ganhando cada vez mais espaços na historiografia.

Palavras-chave: Experiências; Gênero; Historiografia.

Abstract: This article aims to reflect on the reception of historiography to new subjects and the process by which History opened itself to these anonymous individuals, whose lives remained for some time in the limbo of historical knowledge. Moreover, the discussion highlights the importance of experience for the construction of understandings not only of class, as Edward Thompson had then imagined, but to broaden to contemplate several other subjectivities, whose goals go far beyond class belonging. To this end, the theoretical contribution was concentrated on the studies of Joan Scott, Adriana Piscitelli, and Ana María Bach, among others. The conclusion is that it is through experiences that genders expand and gain more and more space in historiography.

Keywords: Experiences; Gender; Historiography.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

¹ Doutor em História Social da Amazônia, UFPA. Professor da Secretaria de Educação do Pará. E-mail: ottosvasconcelos@gmail.com.

Introdução

Abedellah Taïa é um escritor contemporâneo relativamente jovem. Mora em Paris. É marroquino de nascimento, de modo que, por ter nascido naquele país, que foi colônia formal da França até meados da década de 1950, não teve muita dificuldade em aprender o idioma do colonizador. Deve ter tido algum contratempo para assimilar os encantos idiomáticos que só existem em profusão na plantaçoão coloquial, mas conseguiu se fazer entender. Mas não foi entendido. Ao menos subjetivamente. Por ter nascido num país que considera a homossexualidade um crime, com detençaão de até três anos, e também por ter uma relação belicosa com a família, Taïa migrou para o país francês. Em seus livros, costuma misturar ficção e vida pessoal.

Em solo parisiense, continuou os estudos. Tinha um fascínio gigantesco pela cultura francófona. Um amor sem questionamentos, como ele faz questão de frisar logo no início do livro *Aquele que é digno de ser amado*. Na obra autobiográfica, Taïa é Ahmed, e escolhe dois grandes demônios para exorcizar: a família e a francofonia. Ao descrever os desejos que sentia por outros homens, no início da puberdade, o autor mostra o sofrimento que impingia a si por ter assimilado que era uma aberração um homem sentir desejos por outro homem. Era assim que diziam em casa, na rua, no Estado marroquino. Como forma de não deixar que ninguém desconfiasse dos seus segredos, Ahmed silenciou. Passou a falar somente o necessário e mesmo assim quando era interpelado.

Ao vislumbrar a possibilidade de migrar para a França, após flertar com um francês num cemitério, e que o convenceu a ir embora com ele, Ahmed parte para um, até então desconhecido, degredo. No início, consumido por ver de perto tudo aquilo que lia nos jornais, nos livros e via nos filmes, deixou-se seduzir pelas luzes parisienses. O então companheiro era progressista, votava na esquerda francesa e se mostrava a favor da independência dos ainda restantes protetorados que o próprio país ainda possui mundo afora. Também era vegetariano. Mas a experiência adquirida fez Ahmed passar a ver que o que antes era fascínio, seja pelo homem com quem dormia, seja pela francofonia que consumia, foi, lentamente, se transformando.

O autor reflete que, ao aprender o idioma do colonizador, assimilar a cultura dele e, mais importante, conviver com eles, aprendeu mais sobre si, pois nunca abriu mão das suas raízes. Taïa, aos poucos, conduz Ahmed na experiência cotidiana. O protagonista descobre que o Outro, representado pelo imigrante marroquino, só é visto com simpatia quando mantém a cordialidade e a paciência bovina na assimilação daquilo que não possui. O autor percebe que a homossexualidade é tolerada, não respeitada, e que

ninguém ali se importava com o que os homossexuais marroquinos, por exemplo, passavam. Era mais importante, para os progressistas franceses, fazer protestos contra a globalização ao invés de conhecer as realidades miseráveis do povo que o país deles colonizou.

Você não é nem racista nem conservador, sempre vota na esquerda e não sonega imposto. No entanto, você não teve escrúpulo nenhum em reproduzir em mim, no meu corpo, no meu coração, tudo o que a França se recusa a ver: o neocolonialismo. [...] Tudo em nós acontece em francês, numa língua que não é minha, e isso parece normal para você. Que eu reflita sobre meu novo *status* (privilegiadíssimo graças a você, obrigado) terminou te deixando de saco cheio. Às vezes, você diz que compreende perfeitamente, mas que, mesmo assim, melhor não abusar. Eu deveria agradecer aos céus. Existem muitos que vêm de lá que invejam dia e noite minha sorte (TAÏA, 2018, p. 100).

Ao decidir cortar aqueles laços, Taïa decide, também, trazer para o debate as experiências dos marginais que só conseguem deliberar se impuserem suas urgências. Dialogar talvez não seja o primeiro passo a ser dado quando demandas são medidas pela régua da civilidade que o Outro instituiu. O autor tem consciência que o percurso é mais longo e doloroso, mas que aprendendo a usar as armas do Outro terá a segurança de que ninguém “do lado de lá” falará por ele. Após ter surgido no cenário literário com uma obra considerada muito pessoal, Taïa lançou outro livro, *Um país para morrer*, no qual aborda a situação das prostitutas africanas nas ruas de Paris e também a transexualidade das pessoas marroquinas que fogem do país natal para ter outro tipo de sofrimento na França (TAÏA, 2021). Aliás, este último livro citado, ao abordar a situação das pessoas trans no Marrocos, nos mostra que o Brasil, cujas instituições parecem sólidas e em funcionamento, não é muito diferente do país africano na homotransfobia.

Assim, Taïa passou a utilizar a visibilidade que conquistou no meio literário, sendo considerado uma estrela em ascensão, para lançar luz sobre outras pessoas, que assim como ele, têm suas experiências silenciadas, quiçá, eliminadas. A experiência apontada pelo autor, e ele toma o cuidado de alertar, não é de se colocar como porta-voz de outras pessoas marginalizadas, mas de falar com elas, de tornar possível um palco no qual elas possam discorrer sobre suas misérias e experimentar protagonismos.

1 A emergência das experiências

Joan Scott talvez tenha sido a primeira historiadora a sugerir um diálogo com o conceito de experiência, não necessariamente o de Edward Palmer Thompson em particular, mas incluindo-o, de modo a dessencializá-lo para aproximá-lo de outras realidades. Scott, muito objetivamente, afirma ser importante tirar o véu de invisibilidade que cobre algumas experiências em benefício de outras, ou, dito em suas palavras: “tornar o movimento visível quebra o silêncio sobre ele, desafia noções prevaletentes e abre novas possibilidades para todos” (SCOTT, 1998, p. 298).

De acordo com ela, experiência é o processo pelo qual “os sujeitos são criados”, os fatores e enquadramentos que são vivenciados pelos indivíduos no transcorrer de suas vidas. O entendimento de experiência proposto por Scott foi estruturado nos pressupostos da, assim entendida, terceira onda feminista, diferente, portanto, de Thompson. Há semelhanças, contudo, principalmente quando ambos argumentam que é necessário que se rompa com o entendimento de fatos históricos, bem como as fontes que podem atestá-los.

Em relação à experiência thompsoniana, Scott afirma que, ao trabalhá-la, o historiador inglês destaca que ela, em última instância, é moldada pelas relações de produção, se transformando num fenômeno com a característica de unir e que é dominada por diversidades outras. Scott diz, ainda, que a experiência de Thompson tem seu ápice na realização e articulação da consciência social, se transformando numa unidade comum de classe.

A principal crítica de Scott em relação à experiência de Thompson se concentra no caráter unificador do conceito. A historiadora estadunidense esclarece que a unificação desejada acaba por excluir muitos domínios da atividade humana ao desconsiderá-los como experiência, ou seja, não provoca qualquer fissura na política e nem na estrutura social, o que, por fim, engrossa mais ainda o véu de invisibilidade. A classe, enquanto identidade que exclui outras categorias de articulação, acaba por colocar todas as outras à sua predominância no debate, tais como gênero, raça e sexualidade.

Edward Thompson, ao esmiuçar o conceito de experiência e atrelá-lo à consciência de classe, fez uma importante consideração acerca do alcance daquele postulado. Segundo o autor, não houve, da parte dele, intenção de esmiuçar o conceito de experiência para além daquilo realizado, embora ele mesmo reconheça que deixaria isso para historiadores posteriores (THOMPSON, 2005, p. 290). Entretanto, alicerçados nas contribuições thompsonianas, e nos destaques feitos por Scott em relação à experiência,

delinerei um caminho que contemple o que há de mais salutar para esta proposta.

Nesse sentido, Scott destaca que a missão dos historiadores não ortodoxos é documentar “as vidas de pessoas omitidas ou negligenciadas em relatos do passado”, chamando a atenção de epistemologias que contemplem as “dimensões da atividade e da vida humanas normalmente consideradas indignas de menção para serem contadas nas histórias convencionais” (SCOTT, 1998, p, 301). Assim, entendendo, como afirma Scott, que a identidade social é produzida socialmente no cerne das possibilidades culturais de cada período e contexto, e das normas de gênero, este não explorado por Thompson, é possível analisar outros universos além do doméstico e familiar.

Dessa forma, Scott – além de Ana María Bach, que será trazida para o debate mais adiante –, exorta a presença do conceito de gênero ao entendimento de experiência. Segundo a autora, não se trata de uma ontologia masculina, ou uma ontologia feminina em seus universos, mas da produção de sentidos não refratários a homens e mulheres no tempo. Os sentidos de experiências de homens e mulheres, destaca Scott, variam histórica e socialmente, contribuindo, retraindo, ampliando as identificações e solidificações dos indivíduos entre si e entre os produtores de desigualdades mais amplas.

[...] a experiência, concebida tanto por meio de uma metáfora de visibilidade, quanto por outro modo que tome o significado como transparente, reproduz, mais que contesta, sistemas ideológicos dados – aqueles que presumem que os fatos da história falam por si mesmos e aqueles que se fundamentam em ideias de uma oposição natural ou estabelecida entre, digamos, práticas sexuais e convenções sociais, ou entre homossexualidade e heterossexualidade. Histórias que documentam o mundo escondido da homossexualidade, por exemplo, mostram o impacto do silêncio e repressão nas vidas que foram afetadas e trazem à luz a história de como foram suprimidos e explorados. [...] Práticas homossexuais são vistas como resultado do desejo, concebido como força natural operando fora ou em oposição a regras sociais. Nessas histórias, a homossexualidade é apresentada como um desejo reprimido (experiência negada), feita para parecer invisível, anormal e silenciada por uma sociedade que legisla a heterossexualidade como a única prática normal. Uma vez que esse tipo de desejo homossexual não pode, em última instância, ser reprimido – uma vez que a experiência existe – instituições são inventadas para acomodá-lo. Essas instituições realmente não são reconhecidas, muito embora não sejam invisíveis; na verdade, é a possibilidade de que possam ser vistas que ameaça a ordem e, em última instância, supera a repressão (SCOTT, 1998, pp. 302-303).

Dentre as instituições que Scott evidencia, a linguagem é aquela que ela usará para tornar mais robusto o argumento de uma experiência que tire muitos indivíduos da zona cinzenta do esquecimento. Em busca da experiência contida na linguagem, Scott afirma que não busca historicizar, via palavras e coisas, mas destacar aquilo que está por trás dos discursos, dos que falam pelos outros, dos que falam por si, dos que deixam que falem por si, dos que são impedidos de falar, dos que se recusam a falar. Scott destaca que a “experiência é a história do sujeito”, concordando em parte com Thompson, mas também acrescentando que é a “linguagem o local onde a história é encenada” e que “a explicação histórica não pode separar as duas” (SCOTT, 1998, p. 319).

A pensadora argentina Ana María Bach, na obra *Las voces de la experiencia: el viraje de la filosofía feminista*, problematiza o conceito de experiência, evidenciando os aspectos dos estudos culturais e decoloniais de maneira a destacar que as experiências marginais têm, sistematicamente, sido invisibilizadas por privilégios epistêmicos. No entanto, Bach entende que, teoricamente, a experiência está restrita a nichos solidamente estabelecidos, sendo preciso romper com tal tradição de maneira a colocar dentro dela, experiência, os processos de subjetivação, que, de acordo com ela, são pouco analisados academicamente (BACH, 2010).

Bach defende que aqueles que habitam as margens assumam seu protagonismo enquanto deliberadores de conceitos, não permitindo que suas experiências sejam moldadas a conceitos que foram erguidos sem que suas vozes fossem ouvidas. A autora afirma, dentro desta perspectiva, que as mulheres começaram a tornar valioso o pensamento contextual e narrativo em detrimento da formalidade e da abstração tipicamente masculina, comprovando que, sim, a desnaturalização das posições dos sujeitos e, por conseguinte, suas experiências negadas e/ou denegadas, causam transformações na produção do conhecimento (BACH, 2010, p. 9). A ideia de Bach, nesse ponto específico, é que não se naturalize os vivos e os mortos, atingidos pelos “epistemicidas cotidianos”, mas que se desnaturalize o que se pretende natural desde sempre.

De acordo com Bach, houve, a partir da década de 1970, uma significativa teorização, dentro e fora da academia, permeada por nuances políticas, surgindo daí fortes epistemologias feministas, que tiveram sua validação com a criação de diversos departamentos cujas mulheres eram não apenas líderes, mas produtoras de conhecimentos. A autora assegura que a “experiência das mulheres”, ferozmente reivindicada pelas feministas acadêmicas, serviu tanto para as mulheres em geral, como para outras categorias invisíveis, como as homossexualidades (BACH, 2010, p. 10).

A autora, no entanto, destaca as desigualdades contidas no cerne das lutas feministas, que acabam fossilizando algumas lacunas, como, por exemplo, os privilégios de fala e a autoridade da experiência de mulheres cis brancas do Norte quando comparadas às mulheres do Sul, notadamente as latinas, bem como as mulheres transgênero. Bach (2010, p. 12) destaca que o que alimenta a desigualdade na autoridade da experiência são justamente as conexões e desconexões entre as produções acadêmicas e as condições de classe, de orientação sexual, de sexualidade, de raça, de migração, a biografia do indivíduo, além de sua experiência de vida.

Dessa forma, Bach entende que a “experiência sexualizada”, quando situada no cerne dos debates políticos e históricos, tende a ser mais produtiva e combativa, pois os processos de formação da subjetividade, bem como da produção do conhecimento, necessitam da alteridade para se contrapor às “experiências de quase sempre”. A autora destaca na experiência uma dimensão tripartite, cujas faces são a cognitiva, a política e a psicológica. Bach entende que para se construir a alteridade no marginal é preciso que ele/ela/elu tenha consciência da sua experiência e história negadas, bem como da real possibilidade de se inserir no debate de modo a alterar a lógica da produção epistemológica (BACH, 2010, p. 31).

A partir desse entendimento, Bach entende que é preciso que se problematize a sempre tensa relação entre experiência e política. O destaque que a autora dá, ao ilustrar esse ponto da análise realizada, é evidenciar as vozes das experiências de mulheres negras, trabalhadoras, latinas, indígenas, lésbicas, mulheres trans, de modo a desestabilizar a lógica epistêmica cujo itinerário sempre foi “do centro para a margem”. A autora propõe, dessa forma, que o pensamento teórico feminista desnude a farsa de imparcialidade que as feministas brancas do Norte apregoam (BACH, 2018, p. 51).

A autora percebe, e aqui neste texto não será diferente, que os preceitos epistêmicos vindos do Norte são bem-vindos, desde que sejam devidamente protagonizados por quem se fala. Assumir a condição de marginal, de indivíduo produtor de conhecimento e experiência marginais, talvez seja, pondera a autora, a subversão necessária aos conhecimentos produzidos mais ao Sul do mundo. Bach defende que experiências construídas e evidenciadas a partir das margens podem historicizar qualquer grupo/indivíduo invisibilizado (BACH, 2010, p. 48).

Em outro trabalho, Ana María Bach relata sobre como foi capaz de compreender, por meio da obra de Marc Bloch, a importância de se questionar não apenas o passado, mas os vestígios deixados à guisa de atenção. Bach aponta fissuras significativas nas iniciativas revolucionárias dos Annales,

mas enaltece a iniciativa, pois compreende que, embora ainda reforçasse determinados estereótipos epistêmicos, como a ocultação feminina na academia², foi de suma importância para uma ampliação da produção não apenas historiográfica, mas das ciências humanas.

Embora houvesse uma história de mulheres que mostrava que não somos inferiores aos homens, como se acreditava e em alguns casos ainda se acredita, considera-se que essa reivindicação começa com o Iluminismo e a Revolução Francesa, que rapidamente mostrou que seu lema “Liberdade, Igualdade, Fraternidade” não se aplicava a todos os seres humanos, pois para mulheres e membros de algumas classes sociais isso não prevalecia (BACH, 2015, p. 17). (tradução minha).

Da ruptura causada pelos Annales até a contemporaneidade houve uma profusão de novos caminhos e temáticas historiográficas. A revolução capitaneada por Marc Bloch e Lucien Febvre trouxe consigo temáticas inovadoras, como a morte, a loucura, a infância, o gênero e as mulheres, que passaram a ser encaradas como sujeitos, sendo as trajetórias desses agentes sociais, até então anônimos, analisadas e debatidas enquanto sujeitos secundários na historiografia.

Tornando mais claro, a discussão passou a ser medida pela régua das escolas históricas, pelas análises sobre o real ofício do historiador, pela intensa reflexão do papel do historiador para com a disciplina, bem como para o fazer-se historiador (LOPES, 2018, p. 80). Ainda há de se colocar no caldeirão epistemológico os quentes debates entre história e verdade, e, principalmente, sobre os estudos das mentalidades.

2 Gêneros

As preconizações dos Annales se fizeram sentir, mudando a nomenclatura, ora sendo conhecida como miséria da teoria, micro-história, história em migalhas, história enquanto areia da praia, resultado da erosão das falésias epistemológicas positivas (LOPES, 2018, p. 80). Os nomes são muitos, bem de acordo com a pluralidade que se fazia sentir desde que a fissura passou a existir na historiografia tradicional. Nessa efervescência epistêmica, muitos temas/objetos de reflexão histórica e historiográfica vieram à tona, tornando visíveis grupos que passaram anos, quiçá, séculos, de obscurantismo, de opacidade, de negação, de subalternização, de negligência. Foi daí que a

² As mulheres só passaram a ter espaço na corrente dos Annales na terceira geração dos seus historiadores, quando se tornaram membros do grupo Mona Osuf e Michele Perrot.

História das Mulheres surgiu e, conseqüentemente, o que logo depois passou a ser denominado de *gênero* (PISCITELLI, 2009)³.

As mulheres, tendo sido deixadas à margem, ausentes dos relatos historiográficos enquanto protagonistas ou enquanto produtoras de conhecimento historiográfico, passaram a modificar tal percepção. Há de se levar em consideração o importante papel que as mulheres têm como historiadoras, assim como filósofas e cientistas sociais, vide os importantes trabalhos de Natalie Davis e Michele Perrot. A partir de então, as mulheres começaram não apenas a protagonizar lutas e narrativas, mas também a produzir discursos. Em outras palavras, pode-se dizer que as mulheres, tão hostilizadas pelos silêncios da historiografia tradicional, passaram a, paulatinamente, ocupar espaços antes marcados pela ausência delas.

A historiadora feminista Margareth Rago, ao analisar alguns argumentos de Michele Perrot quanto às características da ótica feminina ao fazer historiográfico, destaca um ponto importante sobre o porquê da resistência epistêmica ante os questionamentos das historiadoras:

Mais recentemente, outro prestigiado historiador francês advertiu contra os perigos de se investir a diferença entre os sexos de uma força explicativa universal; de se observar os usos sexualmente diferenciados dos modelos culturais comuns aos dois sexos; de se definir a natureza da diferença que marca a prática feminina; e da incorporação feminina da dominação masculina. Muito preocupado em reconhecer a importância da diferenciação sexual das experiências sociais, Chartier revelava certo constrangimento em relação à incorporação da categoria gênero, numa atitude bastante comum entre muitos historiadores, principalmente do sexo masculino (RAGO, 1998a, p. 3).

O constrangimento que Rago destaca também foi percebido, mas de forma mais ampla, por Raewyn Connell, historiadora trans australiana, quando esta analisa um movimento chamado “Movimento pela liberação dos Homens⁴”, que, dentre outras coisas, elaborava críticas ao “papel masculino”. Diz Connell (1995, p. 187):

3 O recorte que faço, neste momento, é sobre mulheres/gênero na historiografia. Há um amplo debate acerca da luta das mulheres no ambiente acadêmico como um todo, e abordarei alguns pontos mais adiante, mas o que quero frisar é que não objetivo fazer uma reflexão mais fidedigna e linear sobre o assunto. Em relação a isso, ver: PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de & SZWAKO, José Eduardo (orgs.) *Diferenças, igualdade*. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009. Ver também: PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, Leila Mezam (org.) *A prática feminista e o conceito de gênero*. Campinas: IFCH-UNICAMP, 2002.

4 Embora eu tenha informado que a autora é uma mulher trans, o texto citado foi produzido quando ela ainda assumia a identidade de gênero masculina e assinava suas produções com o nome de registro, de modo que usarei a referência daquele período.

O reconhecimento da historicidade do gênero, de seu caráter histórico, constitui agora um pressuposto estabelecido e não mais uma heresia. Mesmo os conservadores que se transferiram para esse terreno estão envolvidos num pensamento histórico sobre masculinidade. Eles aceitam o fato da transformação social do gênero, embora deplorem ou tentem revertê-lo. Essa consciência histórica constitui a característica distintiva da política de masculinidade contemporânea e o horizonte do pensamento contemporâneo sobre masculinidade.

Em outro texto, Rago argumenta que tais incômodos deixaram, ao menos, dois pontos para reflexão: 1) a significativa transformação temática e metodológica, alargando a percepção graças também às contribuições das outras ciências, o que possibilitou uma sólida contestação dos cânones tradicionais; 2) a maior participação de intelectuais feministas na academia. Sobre este último ponto, Margareth Rago afirma que, mesmo na academia (inseridas nesse ambiente) e perfeitamente capacitadas, as mulheres produtoras de conhecimentos historiográficos eram classificadas como aquelas que queriam “tornar os saberes acadêmicos em saberes femininos” (RAGO, 1998b, p. 94).

Sobre o segundo ponto, Adriana Piscitelli (2009, p. 135) argumenta, ampliando a análise para além da historiografia, que a perspectiva aventada era de que as mulheres comungavam uma realidade diferente da dos homens. Destaca, ainda, que se argumentou que a “dominação masculina excluía as mulheres da história, da política e da reflexão teórica”. Diante disso, continua Piscitelli, as teóricas feministas promoveram um revisionismo das produções disciplinares, questionando-se como seriam diferentes as ciências se “o ponto de vista feminino” tivesse sido levado em consideração (PISCITELLI, 2009. p. 135).

Joan Scott (1998, p. 73) mergulha mais fundo no ponto levantado por Margareth Rago, em particular, e de Adriana Piscitelli, no geral, ao precisar o momento em que as mulheres passaram a protagonizar autoria e atuação dentro da disciplina, chamando atenção para o fato de que a presença das mulheres na historiografia é resultado direto das lutas feministas empreendidas por teóricas de outros campos do saber, como os estudos literários e a filosofia, por exemplo, e, principalmente, na figura de Simone de Beauvoir, representante do que se convencionou chamar de “segunda onda feminista”.

Segundo Scott, as ativistas feministas reivindicavam uma história que as colocasse como heroínas e também que trouxesse à tona todo o processo de subalternização pelo qual passaram ao longo dos séculos, mas, tal exortação

às ativistas, principalmente por conta das transformações sexuais pelas quais a Europa passava, trouxe consigo uma carga política significativa. No entanto, continua a autora, no final da década de 1970, a história das mulheres afastou-se da política (SCOTT, 1995, p. 75).

A princípio, pode-se pensar como um recuo estratégico, haja vista a intensa pressão sexista no âmbito acadêmico do período. Assim, para se evitar confrontos ideológico e político, a história das mulheres alterou a nomenclatura, desviando para o conceito de gênero:

Nessas circunstâncias, o uso do termo “gênero” visa sugerir a erudição e a seriedade de um trabalho, pois “gênero” tem uma conotação mais objetiva e neutra do que “mulheres” [...] dissociando-se, assim, da política (supostamente ruidosa do feminismo) [...]. Enquanto o termo “história das mulheres” proclama sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais) que as mulheres são sujeitos históricos, o termo “gênero” inclui as mulheres sem lhes nomear, e parece, assim, não constituir uma forte ameaça. [...] O termo “gênero”, além de um substituto para o termo mulheres é também utilizado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro (SCOTT, 1995, p. 75).

Scott afirma que essa mudança foi definitiva, uma vez que tudo aquilo que havia sido construído em prol das mulheres, no âmbito acadêmico, corria o sério risco de ser pulverizado com o levante masculino de resistência. Essa opção pelo conceito de gênero foi, antes que qualquer apelo epistemológico, de sobrevivência, pois, naquele contexto – década de 1980 –, gênero era encarado como um termo neutro, desprovido de essência ideológica mais imediata, o que salvaguardou a luta política das mulheres dentro da historiografia.

No entendimento de Scott, a produção acadêmica surgida após a luta das mulheres para uma revisão historiográfica, ao substituir “mulheres” por “gênero”, fez uma substituição emblemática e pertinente. Segundo ela, essa alteração não possui nada de inocente, pois o objetivo seria a retirada da carga política que o termo “mulheres” possui, e uma adequação mais neutra trazida pelo termo gênero (SCOTT, 1992, pp. 64-65). Em outras palavras, gênero passou a ser o verniz científico que a história das mulheres carecia, segundo a visão dos mais tradicionalistas.

Recuando um pouco no tempo para se compreender como o conceito de gênero passou a germinar, Donna Haraway, num ensaio intitulado ‘Gênero’ para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra, afirma

que o psicanalista Robert Stoller cunhou o termo “identidade de gênero”, apresentando-o num congresso sueco. Segundo Haraway, Stoller formulou o conceito de identidade de gênero baseado no binômio “biologia/cultura”, no qual o sexo era intrínseco à biologia (hormônios, genes, morfologia etc) e gênero à cultura (psicologia, antropologia, história). Assim, para Stoller, de acordo com Haraway, o resultado da interação entre cultura e biologia resultava num centro, ou seja, “a pessoa produzida pelo gênero – um homem ou uma mulher” (HARAWAY, 2004, p. 216).

Haraway prossegue e destaca que tal raciocínio rápido provocou críticas das feministas, principalmente aquelas da denominada segunda onda feminista, cuja uma das principais expoentes e combatentes foi Simone de Beauvoir. No entanto, como argumenta Haraway, as críticas, por mais válidas que fossem, ao invés de atacar pontos específicos, esbarraram em abstrações e/ou conceitos sem tanta densidade analítica, como o entendimento de “patriarcado”, também destacado por Piscitelli. Dessa forma, conclui Haraway (2004, p. 220):

Fatalmente, nesse clima político limitado, aquelas primeiras críticas não historicizaram ou relativizaram culturalmente as categorias “passivas” de sexo ou natureza. Assim, as formulações de uma identidade essencial como homem ou como mulher permaneceram analiticamente intocadas e politicamente perigosas.

Também confrontando esse entendimento acerca do gênero e reverberando as críticas ao entendimento de Stoller, não necessariamente ao conceito por ele empregado, mas pelos usos disseminados que vieram posteriormente, Raewyn Connell faz uma síntese:

[...] o gênero é uma estrutura ampla, englobando a economia e o Estado, assim como a família e a sexualidade, tendo, na verdade, uma importante dimensão internacional. O gênero é também uma estrutura complexa, muito mais complexa do que as dicotomias dos “papeis de sexo” ou a biologia reprodutiva sugeririam. [...] as relações de gênero incluem relações entre homens, relações de dominação, marginalização e cumplicidade. Uma determinada forma de masculinidade tem outras masculinidades agrupadas em torno dela. [...] o gênero é sempre uma estrutura contraditória. É isso que torna possível sua dinâmica histórica e impede que a história do gênero seja um eterno e repetitivo ciclo das mesmas e imutáveis categorias (CONNEL, 1995, p. 189).

Por sua vez, Scott afirma, também, que refletir sobre homens e mulheres nos contextos históricos que concernem a cada um, requer, antes de qualquer

coisa, cruzar outras categorias, como etnia e classe, por exemplo, pois, não levar em conta a interseccionalidade, é reforçar a hegemonia masculina enquanto detentora de poder e verdade (SCOTT, 1995, p. 83). No entanto, se, por um prisma, estas categorias tiram as máscaras das desigualdades quando do confronto com as relações de poder em sua interação social, econômica e cultural; por outro, denunciam falhas quanto à falta de limpidez e coerência na deliberação acadêmica quanto à problematização de tais conceitos.

Assim, Scott afirma que será essencial reconhecer o gênero nos mais diversos âmbitos, seja de etnia, seja no de classe, por exemplo, objetivando visibilizar desigualdades e experiências sociais diametralmente diferentes nos mais diversificados recantos sociais. Pretende-se, dessa forma, solidificar e ampliar o uso do gênero enquanto categoria de análise que dê sentido e sistematização ao conhecimento histórico.

As problematizações sinalizam para afirmar que a lógica binária da diferença sexual macho/fêmea e homem/mulher, mesmo que hegemônico, não é eterno nem fixo e tem seus alicerces em contextos históricos e sociais. Nesse sentido, para além de compreender as dinâmicas da dominação, é necessário refletir sobre as construções de gênero e suas respectivas ramificações, isto é, naquilo que a nomeia, significa, nas regulações, nas criações de papéis sociais, nas subjetividades, nas práticas sexuais dos indivíduos, para, enfim, elevar o gênero a uma categoria que seja além de visível, também intensamente debatida dentro das ciências humanas de modo geral.

○ gênero, enquanto categoria analítica e teórica, apesar da polissemia e amplitude, tem limitações. ○ indivíduo é encarado como parte essencial do gênero, mas não somente em sua alteridade sexual, que escancaram suas complexidades e possibilidades sociais. Nessa perspectiva, os limites do gênero estão justamente por ele estar no cerne da deliberação da alteridade sexual.

3 Conclusão

A história científica produzida pelas/os historiadora/es é um campo de saber atravessado por relações de poder, resultado das escolhas pessoais da/do pesquisadora/or, bem como do lugar para e no qual determinado saber é produzido (CERTEAU, 1982, p. 152). Somente quando entendido que o saber científico é uma construção social e também quando este entendimento é envolvido pela crítica sobre os modos do “fazer historiográfico”, questionando

a soberania das “verdades” cristalizadas estabelecidas pela hegemonia difundida na historiografia, é que será possível perceber as ausências, os esquecimentos, as subalternizações de determinados sujeitos/as enquanto agentes que protagonizam e produzem discursos historiográficos (COLLING, 2016, p. 12).

As invisibilidades e os silêncios de determinados grupos sociais não foram pontos fora da curva, mas projetos de dominação, principalmente masculina, (BOURDIEU, 1999, p. 43) que são responsáveis por hierarquias e dependências que ratificam a supremacia de privilegiados grupos hegemônicos e, conseqüentemente, das teorias científicas por eles elaboradas⁵. Muito embora a epistemologia historiográfica contemporânea, tendo sua estrutura secular abalada pela crise de objetividade dos postulados científicos, já tenha reconhecido que as teorias são sistemas de pensamentos derivados de culturas que se propagam por meio da linguagem e que marcam indelevelmente os saberes difundidos e assimilados pelo pesquisador (WHITE, 2001, p. 55).

Entretanto, ainda há a carência por parte de muitos historiadores, pesquisadora/res do gênero ou não, de uma prática científica reflexiva acerca do “conhecimento do conhecimento”. Muito dos hiatos existentes na produção científica historiográfica diz respeito não ao que se deixou de analisar, mas por que se ignorou, num questionamento tão ao gosto daquilo que Marc Bloch vaticinou no desenvolvimento da primeira geração dos *Annales* (BLOCH, 2002).

Pensando nos diversos silêncios reservados às mulheres na produção historiográfica e trazendo para o debate as problematizações de Gayatri Spivak, que analisou o papel reservado às mulheres indianas de determinadas camadas sociais, podemos ampliar o debate ao pensar na subalternização de determinados indivíduos em alguns contextos sociais. Assim, para Spivak, (2010, p. 15), o indivíduo subalterno é aquele que faz parte das camadas sociais mais vilipendiadas, caracterizadas como aglomerados humanos de exclusão, com raras possibilidades de alterar o *status* social no qual nasceu.

As reflexões da autora indiana têm como ponto inicial a história de uma mulher viúva, que é duplamente impedida de falar por si, primeiro por ser mulher, segundo por sua situação de viuvez. No entendimento de Spivak, (2010, p. 16), a marginalidade do subalterno é mais acentuada quando a vítima é do sexo feminino, pois a “mulher subalterna não pode falar e quanto

5 Como os conhecimentos e práticas culturais do Ocidente acabam influenciando os comportamentos do restante do mundo, que perpassam, por exemplo, as relações de gênero, o feminismo, as masculinidades, as homossexualidades, o saber. Sobre isso ver: BAHRI, Deepika. Feminismo e/no pós-colonial. *Rev. Estud. Fem.* vol.21 no.2 Florianópolis May/Aug. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2013000200018.

tenta fazê-lo não encontra os meios para se fazer ouvir”.

O sentido transdisciplinar que Spivak caracteriza o próprio pensamento, ao analisar a subalternização pelos prismas filosófico, literário, cultural e histórico, transforma o aspecto meramente local da situação indiana para uma situação maior, mais marcadamente global. Um dos pontos mais nevrálgicos abordados por Spivak diz respeito à “violência epistêmica”, que tem por objetivo, se não a eliminação social, pelo menos a “neutralização do outro”, impedindo que esse outro tenha capacidade de representação, silenciando-o (SPIVAK, 2010, p. 16).

Dos pontos já apresentados até aqui, expostos, principalmente, no papel da mulher dentro da produção historiográfica, e, ao ampliarmos o entendimento de gênero, não será tarefa das mais complexas perceber que das homossexualidades e identidades de gênero divergentes do princípio heteronormativo, travestis e mulheres trans podem ser imaginadas enquanto sujeitos dos mais subalternos. Os silenciamentos denunciados por Spivak encontram reverberações nos enunciados de Eni Orlandi (2002, p. 12) quando esta afirma que o silêncio do subalterno é “relegado a uma posição secundária [...] como resto de linguagem”, logo, com chances quase nulas de se produzir discursos que contemplem as próprias trajetórias de vida.

Da forma como Scott questionou, o gênero, enquanto categoria de análise historiográfica provocou fissuras na historiografia tradicional⁶ e, após a querela gerada, foi o conceito em si, enquanto sinônimo de homem/mulher, que entrou em crise, uma vez que, talvez não tenha imaginado a autora, do binômio surgiu mais caos, não no sentido destruidor, mas pura e simplesmente desestabilizador de mais verdades.

Referências

BACH, Ana María. **Las voces de la experiencia**: el viraje de la filosofía feminista. Buenos Aires: Biblos, 2010.

BACH, Ana María. Género, estereotipos y otras discriminaciones como puntos ciegos. In: BACH, Ana María (org.). **Para una didáctica con perspectiva de género**. Buenos Aires: Miño y Dávila Editores, 2015.

BACH, Ana María. Epistemología, feminismo y los saberes de las gentes indígenas. **Descentrada** 2 (2), e051, 2018. Disponível em: <http://www.descentrada.fahce.unlp.edu.ar/article/view/DESe051> Acesso em: 25/12/2021.

⁶ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade. 20 (2): p. 71-99. Jul/dez, 1995, p. 87.

BAHRI, Deepika. Feminismo e/no pós-colonial. Rev. Estud. Fem. vol.21 no.2 Florianópolis May/Aug. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2013000200018 Acesso em: 20/11/2021.

BLOCH, Marc. **A apologia da história**: ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989)**: a revolução francesa da historiografia. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

COLLING, Ana Maria. Dos silêncios da história ao desejo de liberdade. In: SOUZA, Wlaumir Doniseti de. **Sociedade, História e Relações de Gênero**. Jundiá: Paco Editorial, 2016.

CONNEL, Robert. Políticas da masculinidade. **Educação e Realidade**. 20 (2): p. 71-99. Jul/dez, 1995.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu** (22): pp.201-246, 2004.

LOPES, Fábio Henrique. Cisgeneridade e historiografia: um debate necessário. In: SOUZA NETO, Miguel Rodrigues de & GÔMES, Aguinaldo Rodrigues (orgs.). **História e Teoria queer**. Salvador: Editora Devires, 2018.

PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, Leila Mezam (org.) **A prática feminista e o conceito de gênero**. Campinas: IFCH-UNICAMP, 2002.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de & SZWAKO, José Eduardo (orgs.) **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berleandis & Vertecchia, 2009.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas: Ed. da Unicamp, 2002.

RAGO, Margareth. Descobrir historicamente o gênero. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 11, p. 89-98, 1998a.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e História. In: PEDRO, Joana & GROSSI, Miriam (orgs.). **Masculino, Feminino, Plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998b.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. 20 (2): p. 71-99. Jul/dez, 1995.

SCOTT, Joan. A invisibilidade da experiência. Tradução: Lúcia Haddad. **Proj. História**, (16), fev, 1998.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

TAÏA, Abdellah. **Aquele que é digno de ser amado**. São Paulo: Editora Nós, 2018.

TAÏA, Abdellah. **Um país para morrer**. São Paulo: Editora Nós, 2021.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura**. São Paulo: Edusp, 2001.

Recebido em fevereiro de 2022

Aprovado em março de 2024